

# SEXUALIDADE, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE EDUCADORAS: CONTEXTOS, ATITUDES E POSSIBILIDADES

Samira Abu El Haje Furlan

Mestre em Ciências da Saúde Humana – UnC – Concórdia – SC.

## INTRODUÇÃO

A instituição escolar recebe crianças e jovens em busca de conhecimento. O espaço escolar, além de se constituir como espaço relacional privilegiado para educar para a cidadania apresenta-se também como adequado para educar para o exercício da sexualidade. Além de lidar com o conhecimento, possibilita a interação entre pares e favorece a mediação intencional e deliberada de adultos experientes. Nessa instituição, levam às salas de aula, aos corredores, aos ginásios esportivos questões do seu desenvolvimento afetivo-sexual e do seu contexto social. Brincam, correm, pulam, trocam informações, idéias, carinhos e agressões. Nesse espaço, gritam, brigam, mandam bilhetes, roubam beijos, dançam, abraçam-se, conversam sobre namoro, menstruação, gravidez, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS. Assim sendo, a escola não pode evitar e nem negar que foi invadida por questões de Sexualidade humana. As questões que se colocam são: quem está falando e como se está falando? Por todas as razões apontadas, torna-se relevante um estudo sobre Sexualidade e Educação Sexual que colaborasse para a compreensão de tais temáticas.

---

<sup>1</sup> Evitar-se-á no trabalho o uso da linguagem sexista. É sabido que essa opção sobrecarrega o texto e prejudica a fluência da leitura. Para escapar a esse inconveniente, escolheu-se a forma tradicional de referência a homens e mulheres.

A complexidade crescente nos campos do saber e nas relações mediadas pelos professores exige deles uma formação docente processual (SAVIANI, 1993). Ao falar de formação docente, um dos cursos que se pode reportar é ao Curso de Pedagogia. Nesse contexto, o Curso de Pedagogia assume uma parcela de responsabilidade na formação dos professores e na Educação Sexual por vários motivos. Um deles é por ser um curso que estuda a educação e a organização do processo de ensino e aprendizagem. Outro, traduz-se no fato de ser um curso que promove ações que oportunizam aos acadêmicos o acesso ao conhecimento historicamente acumulado e uma formação profissional, ambos aspectos indissociáveis num profissional que pretende educar as novas gerações com uma postura transformadora. Enfim, por ser um curso procurado pelos professores que trabalham na Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, para preencher o requisito de formação exigida no art. 62 da LDB<sup>2</sup>.

Do ponto de vista acadêmico, é fundamental investigar a Educação Sexual pensada e praticada no espaço escolar pelos profissionais da educação. Assim, o recorte que se deu a essa investigação foi demarcado pelo campo da Sexualidade e Educação Sexual das acadêmicas do Curso de Pedagogia da Unc – Concórdia. Para tal, procuraram-se informações bibliográficas e documentais sobre Sexualidade e Educação Sexual, bem como depoimentos das acadêmicas do curso.

Os depoimentos foram coletados através de entrevista semi-estruturada, composta por três questões norteadoras: a) O que significa Sexualidade para você? b) Como você identifica a Educação Sexual no seu cotidiano? c) Quais as contribuições do Curso de Pedagogia no desenvolvimento de Educação Sexual no cotidiano escolar?

As entrevistadas foram as que preencheram os requisitos: ter cursado o Ensino Médio com formação para o Magistério, estar matriculada na oitava fase do curso de Pedagogia, ter atuado como professora, no mínimo por três anos e no máximo por 15 anos, nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental ou no nível de Educação Infantil.

---

<sup>2</sup> O art. 62 refere-se à formação de docentes para atuar na educação básica. Sobre essa formação é dito que “[...] far-se-á em nível superior em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal” (BRASIL, 1996a).

Este texto é apenas uma possibilidade de discutir a questão da Sexualidade e da Educação Sexual no âmbito escolar. Porém, entendendo Sexualidade como uma questão de cidadania e de saúde que afeta a toda a sociedade, convida-se a todos os envolvidos e interessados na temática e em sua relação com a Educação Sexual para que conheçam este trabalho e que o vejam como mais uma contribuição às reflexões sobre algumas verdades referentes à Sexualidade não só no âmbito da instituição educativa como, principalmente, na sociedade em geral.

## **Representando e produzindo a Sexualidade e a Educação Sexual**

O primeiro procedimento da pesquisa foi o de obter informações sobre as representações de Sexualidade e Educação Sexual das acadêmicas do Curso de Pedagogia. Muito embora os diferentes depoimentos tenham múltiplas origens, experiências e concepções, observou-se a existência de aspectos em comum que os aproximam. Frisando, verificou-se que, apesar de o processo inicial da pesquisa ter tido como parâmetro a singularidade das entrevistadas, no decorrer do processo ressaltaram-se aspectos comuns entre os depoimentos. Assim, eles foram destituídos do seu caráter singular e aproximaram-se entre si e do contexto social e histórico.

A partir do exposto, a interseção entre os depoimentos demonstrou que a Sexualidade foi concebida como uma expressão do homem neste mundo e que se manifesta a partir de múltiplas formas: o sexo, o desejo, o medo, o amor, o corpo biológico, o corpo social, o corpo cultural, a paixão, a sensibilidade, os papéis sociais/sexuais. Quanto à Educação Sexual, constatou-se que as entrevistadas acreditavam que a escola poderia ser a instituição na qual se possibilitaria falar e discutir sobre a sexualidade. Contudo, a

análise dos argumentos usados pelas entrevistadas em defesa da Educação Sexual na escola demonstrou também que suas maiores preocupações eram com as limitações que cercam sua realização no espaço escolar. Entre elas, manifestou-se o pouco conhecimento que tinham a respeito da Sexualidade humana, bem como dos procedimentos técnicos necessários à implantação da Educação Sexual na escola. Além disso, revelaram preocupação com os embates ideológicos entre as concepções de Sexualidade dos educadores, das famílias e da mídia.

Acrescente-se ainda que as entrevistadas inter-relacionaram o processo educacional da Sexualidade promovido pela escola com os demais processos que ocorrem de modo não-intencional no cotidiano das crianças. Na perspectiva das entrevistadas, a Educação Sexual escolar não pode perder de vista a criança, que, antes de assumir o papel de aluno/aluna dentro do espaço escolar, é um ser humano que pensa, ama, deseja, sente prazer, odeia, tem medo e que traz para a escola a uma concepção de Sexualidade que tem como fontes a família, a mídia e outras instâncias da sociedade na qual está inserida. Para tanto, os discursos das entrevistadas evidenciaram que a Educação Sexual escolar deve ser intencional e proporcionar uma reflexão voltada para as múltiplas formas de manifestações da Sexualidade humana e o lugar que essas manifestações ocupam em nossa sociedade. No contraponto, mais uma vez as entrevistadas deixaram transparecer que não se sentem munidas de condições suficientes para assumir o papel de mediadoras entre a Educação Sexual não-intencional e a intencional.

Quanto à forma como a mídia trata a Sexualidade, surgiu uma questão fundamental nos depoimentos das entrevistadas. O destaque dado à televisão – especificamente às propagandas – foi no sentido de ser ela um instrumento do sistema capitalista e produtora de uma visão de mundo mercantilizada. Além disso, foi considerada uma forte fonte de formação de opiniões. Concentraram seus argumentos expondo suas percepções sobre as informações usadas pela televisão e como ela manipula as crianças com mensagens preconceituosas, entre elas mensagens sexistas. Logo, para as entrevistadas, a televisão não é neutra, ela forma opiniões e influencia comportamentos. A ideologia que perpassa as informações da televisão, principalmente através do ato de incentivo ao consumo, estabelece identidades: masculino, feminino, padrões de beleza, entre outras. Para elas, tais ocorrências interferem na formação das

crianças e adolescentes, que cada vez mais iniciam a vida sexual de maneira precoce e sem nenhuma reflexão. Além disso, a televisão exalta comportamentos idealizados e padronizados, por exemplo, da mãe ideal, do homem ideal, da mulher ideal, etc., que deveriam ser seguidos por todos e que, muitas vezes, não condizem com a realidade social.

Também falaram da família. Para as entrevistadas, a família é uma instituição que ainda trata a Sexualidade como um assunto tabu. Consideram existir pouco diálogo entre pais e filhos sobre assuntos relacionados à Sexualidade e, quando ocorre o diálogo, ele acontece muitas vezes cheio de códigos cifrados e meias-palavras, que mais transtornam a vida das crianças e adolescentes do que esclarecem. Mesmo em face dessas dificuldades na comunicação familiar, deixaram transparecer o interesse em preservar o papel da família no processo educativo da Sexualidade. Mas, para elas, a escola poderia ser a instituição promotora de discussões e reflexões junto aos pais a fim de oferecer subsídios que os capacitassem a resolver os problemas de seus membros e gerir suas necessidades, especialmente os referentes à Sexualidade. Colocaram-se favoráveis, nesse processo, ao estímulo das intervenções familiares. Privilegiaram as formas de convivência familiar nas quais a integração afetiva e emocional faz a mediação das relações entre os indivíduos e a coletividade. Para elas, a família ainda pode ser considerada a referência de formas comunitárias de convivência e, se estiver preparada para isso, poderia representar o núcleo competente de Educação Sexual dos/das filhos/filhas.

A tendência que se revelou nas expectativas das entrevistadas foi a de darem importância às relações sociais na Educação Sexual. Contudo, reconhecem que a sociedade contemporânea, influenciada pela mídia, está se construindo fundamentada no individualismo, nas crises produzidas pela hegemonia econômica e pelas incertezas no campo da ética. Assim, os homens e mulheres encontram-se envoltos por barreiras que os impedem de solidificar relações de solidariedade. Levando em consideração esses pressupostos, reconhecem, mais uma vez, que estratégias de cooperação entre família e escola fazem-se necessárias. Faz-se necessário também manter e ampliar o estoque de relações sociais na comunidade, fortalecendo a auto-organização social, estimulando a prática de soluções colaborativas para problemas comuns e promovendo a participação e o diálogo entre os diversos integrantes das escolas e das famílias.

Ficou claro que as entrevistadas não atribuem à Sexualidade e à Educação Sexual escolar o sentido dado a ambas pela Organização Mundial da Saúde. A OMS sedimenta a Sexualidade na saúde física e mental. Agregando mais um elemento importante, essa organização inclui o processo educativo promovido no espaço escolar como primordial para o acesso de informações referentes à saúde e à Sexualidade. A escola é considerada pela OMS como um dos principais centros para a educação no setor de saúde. Ela é um espaço de socialização do saber e poderia contribuir para a promoção e divulgação de medidas preventivas de combate à AIDS e demais doenças sexualmente transmissíveis. Tais argumentos reforçam a importância de se discutir tais assuntos no contexto social contemporâneo. A escola pode constituir-se em local privilegiado para a abordagem de tais assuntos. Como decorrência, em se tratando das funções sociais da escola contemporânea, diz Alves (2001, p. 253-4) que

[...] a administração dessa instituição social nascente tende a se tornar muito complexa, exigindo, desde já, adequadas soluções. Vale lembrar, para efeito de ilustração, o fato de o estabelecimento escolar já estar começando a integrar serviços vinculados a diferentes áreas de governo: educação, saúde, bem estar social, etc.

Diante dessas considerações, a educação escolar está sendo redimensionada e assumindo um caráter mais complexo. Está incorporando, além da função de formar intelectualmente as crianças e jovens, a função de promover orientações a respeito de saúde, de atividades de lazer e de expressões artísticas, entre outras. Assim, ao mesmo tempo em que se potencializa a educação escolar como instrumento do cuidado à saúde, observa-se a inclusão de mais uma função a ser exercida pelos profissionais da educação.

Se, por um lado, ampliam-se as responsabilidades dos professores, por outro, a escolha desse profissional como referência para discutir a saúde das crianças deixa transparecer que é um reconhecimento da importância de sua contribuição para a formação de conceitos fundamentais à vida de cada cidadão. O professor pode estimular os alunos à adoção de hábitos saudáveis, pode ajudar a preparar a criança para adotar as medidas necessárias para proteger a sua saúde. Assim, educação para a saúde e a Sexualidade tornou-se pauta indiscutível e incontornável no interior de uma nova forma de concepção de trabalho docente. Essa abordagem não foi identificada por nenhuma das entrevistadas.

O segundo momento do trabalho foi o de exame teórico da Educação Sexual e Sexualidade sob a perspectiva histórica, bem como a realização de levantamento de documentos oficiais e leis. Verificou-se ser imprescindível conhecer a perspectiva histórica sobre a sexualidade humana e as transformações ocorridas no sistema educacional para se analisar o presente de forma crítica. Assim, os subsídios teóricos contribuíram para as reflexões sobre a Educação Sexual escolar, em especial no que toca ao questionamento de preconceitos, tabus, interditos e valores postos, construídos e reunidos em discursos nos últimos séculos e presentes nos depoimentos das entrevistadas.

A análise de cada período histórico não significou separá-lo ou estudá-lo como se não estivesse relacionado aos demais. Pelo contrário, significou perceber que há ligações entre as diferentes épocas e que há também reflexos delas no pensamento e no comportamento dos seres humanos, inclusive nos dias atuais. Nessa perspectiva, a investigação da Sexualidade permitiu entender como ela foi construída e definida socialmente e que ela é integrante de um processo de incessantes movimentos de transformação. Destaque-se que a pesquisa deixou subentendido que as relações entre os seres humanos inegavelmente têm sido de exploração e poder. Entre essas relações sobressai a dominação da mulher pelo homem e a padronização da sexualidade por um modelo religioso católico, difundido através da catequese e do batismo (NUNES, 1987; CABRAL, 1995).

Através dos depoimentos das entrevistadas constatou-se uma clara crítica às práticas utilizadas pelo sistema econômico em nome do incentivo ao consumo. Na pesquisa de Nunes (1987), a denúncia é a de que tais práticas utilizam a Sexualidade, principalmente feminina, como um *chamariz* para a venda de produtos, o que demonstra coerência com os estudos referentes à sociedade capitalista contemporânea, que a definem como uma sociedade de consumo. Centrando-se nas pesquisas realizadas, compreendeu-se que a Sexualidade, hoje, é resultado de lutas que vêm ocorrendo ao longo de séculos. Lutas dirigidas, inicialmente, contra a Sexualidade de tradição repressiva e cristalizada na Idade Média, em seguida, com a lógica da afirmação da subjetividade e das liberdades burguesas. Isto é, depois de ter sido superada uma concepção de Sexualidade marcada pela repressão, atualmente se faz indispensável superar uma concepção correspondente de caráter mercantil. Assim, a questão da Sexualidade assumiu nos séculos XX

e XXI uma dimensão social inusitada. Diante da expansão avassaladora da riqueza e determinada pelas necessidades derivadas da sociedade capitalista, a Sexualidade ostenta hoje características de ordem mecânica e consumista. Ou seja, a Sexualidade é produzida por prazeres artificiais, por simulacros de relações entre pessoas com ausência de ligações subjetivas e amorosas.

A análise das representações de sexualidade das acadêmicas do Curso de Pedagogia da UnC Concórdia revelou também que elas a concebem como uma construção humana e variável historicamente e a consideram passível de reestruturação e ressignificação através da Educação Sexual. Contudo, as entrevistadas demonstram reconhecer a complexidade do processo educativo quando o inserem no contexto social e não conseguem demonstrar uma clareza teórica e racional para uma proposta consistente de Educação Sexual para as crianças e adolescentes do século XXI. Ou seja, demonstram incapacidade de apresentar meios concretos de ruptura e superação das repressões e/ou liberações sexuais presentes hoje nos múltiplos espaços sociais.

Prosseguindo, as entrevistadas explicitam, de forma incisiva, pontos referentes à interferência e influência da sociedade em geral na Sexualidade das crianças e adolescentes. Elas delegam à sociedade o caráter formador dos jovens que se apresentam à escola para serem educados pelos professores. Nessa lógica, se a sociedade educa os jovens, entende-se que ela também formou e/ou educou os professores desses jovens, bem como os professores desses professores.

Mas como as entrevistadas caracterizam essa sociedade? Caracterizaram-na como uma sociedade hegemônica pelo capital, cuja política econômica indica padrões de Sexualidade humana submetidos à lógica da produção mercantil. Nesse sentido, destaque-se: elas não fogem dos resultados que as pesquisas mostram sobre o comportamento econômico da sociedade contemporânea. Dados comprovam que a sociedade é fortemente marcada pela desigualdade social e a má distribuição de renda: “[...] o último levantamento do banco mundial diz que 54.7 por cento da humanidade vive em estado de miséria ou pobreza extrema. São 2 bilhões e 800 milhões de pessoas sobrevivendo com me nos de 2 dólares por dia, 310 milhões delas com menos de 1 dólar” (KALILE, 2002, p. 32). Vive-se

numa sociedade que não consegue reduzir o problema da concentração da riqueza e que, mesmo assim, estimula todos ao consumismo, difunde a filosofia da competitividade e, em nome desses princípios, usa a Sexualidade humana como *chamariz*.

Ora, se é nessa sociedade que as crianças e adolescentes têm-se inserido e convivido, como o processo educativo escolar poderá ajudá-los a fazer um contraponto a essas situações sociais? Como torná-los sujeitos de transformações sociais? Quem poderá ajudá-los?

Frente ao exposto, a necessidade é a de se desenvolver um processo educativo fundamentado em práticas pedagógicas reflexivas, críticas e provocadoras de mudanças. Assim, como a Educação Sexual é, antes de tudo, Educação, precisaria, inicialmente, perder sua característica reducionista e específica voltada à Sexualidade e assumir uma dimensão de totalidade. Ou seja, que tenha as características da educação geral descritas por Alves (2001, p. 249), uma educação que contribua para a formação do cidadão, cuja

Forma típica de atuação (...) que implica sistematicamente a luta, [e] não só opera conseqüências no sentido de ampliar as bases de convivência democrática, no interior da sociedade, como viabiliza, de fato, a elevação da qualidade de vida do cidadão pelo acesso a todos os benefícios gerados pelo trabalho criativo do ser humano.

Eis um dos maiores desafios postos aos profissionais da educação, desde que pretendam ajudar as crianças e adolescentes a se tornarem sujeitos das transformações da sociedade. Isto é, o desafio de romper com a desarticulação entre os processos educativos e a realidade social em que se inserem. Contudo, esse rompimento requer que tais profissionais tenham uma formação que supere a dicotomia entre a formação do trabalhador e a formação do cidadão. Que seja uma formação centrada na educação geral. (ALVES, 2001).

Logo, a formação do educador, mais do que nunca, precisa incluir a compreensão crítica da sociedade em que se encontra inserido. Nessa perspectiva, a Educação Sexual não seria uma tarefa à parte do processo educativo e do cotidiano escolar. A Educação Sexual estaria inserida no processo educativo como um todo. Em se tratando da educação nessa perspectiva, parece que, como diz

Alves (2001, p: 250, grifos do autor), “há de se perseguir, sobretudo, a intenção de *tornar o educador cidadão, sujeito das transformações da educação e da sociedade.*”

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As discussões feitas aqui tornaram possível entender que se faz necessário buscar uma formação docente que aponte para avanços na formação do educador. Dois aspectos merecem ser destacados nessa argumentação. O primeiro, referente à superação da fragmentação na formação do professor. Urge que seja a formação do profissional defendida historicamente pela ANFOPE (SCHEIBE e AGUIAR, 1999), que aponta para a necessidade de formação do educador no curso de Pedagogia feita ao longo de todo o seu percurso. Em outras palavras, uma formação docente que se processe no decorrer de todo o curso, em todas as disciplinas pedagógicas, e, principalmente, nas de conteúdo específico; que busque estimular a capacidade questionadora da informação recebida e a sua crítica; que contemple estudos comuns a todas as licenciaturas, objetivando formar o hábito da reflexão sobre as questões educacionais no contexto mais amplo da sociedade brasileira e a capacidade crítica do educador em face da realidade em que vai atuar. O outro aspecto refere-se às políticas de formação. Enfatiza-se a necessidade de reforçar o papel das Universidades na formação dos profissionais da educação, pela sua universalidade e compromisso com a investigação e a pesquisa; por serem as principais responsáveis pela produção do conhecimento nas diversas áreas e, especificamente, na área educacional.

Os aspectos aqui apresentados sobre as representações de Sexualidade e Educação Sexual das acadêmicas do Curso de Pedagogia e os apontamentos feitos a respeito de alguns pressupostos teóricos para a formação dos educadores evidenciam a complexidade dos estudos sobre a educação e sobre essa formação. Contudo, buscou-se, a todo o momento, delimitar a pesquisa à questão norteadora. No entanto, tal situação gerou constantes inquietações. Uma delas foi a constatação de que a Sexualidade reveste

toda a expressão humana. Outra se refere à interligação entre a Educação Sexual e a educação de futuros cidadãos. Significa que é dentro da sala de aula das Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil que se começa o processo educativo da Sexualidade e, concomitantemente, dos futuros cidadãos do nosso país. Assim, emergem dessas constatações a vinculação que existe entre as atitudes, os discursos, os gestos dos educadores e a educação das crianças e adolescentes que freqüentam a escola. Descobriu-se que inúmeros caminhos se projetaram a partir da pesquisa inicial. O que isso sugere é que, por mais que se tenha delimitado a pesquisa em busca de um contexto preciso, a sensação é a de que mais dados poderiam ser incluídos para tornar a pesquisa mais ampla. Se isso ocorresse, contudo, haveria o sério risco de não se chegar a lugar algum.

Por ora, destaque-se uma das principais constatações que emergiu dessa pesquisa: é importante não somente fazer uma análise do discurso das entrevistadas, mas também uma pesquisa nos bastidores da prática docente para verificar o que ocorre efetivamente no cotidiano da sala de aula. Além disso, não somente considerar tal prática, mas incluir uma análise mais profunda da formação do educador das Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Educação Infantil no contexto das relações sociais dominantes no país. Antecipadamente, afirma-se que se faz necessária uma atenção maior a esse nível de formação por parte dos responsáveis pelas políticas educacionais em nosso país. Ou seja, os profissionais da educação precisariam ver garantida a qualidade na sua formação inicial e formação continuada.

Por fim, espera-se que as questões levantadas neste texto possam servir como alerta aos educadores. Historicamente, a Sexualidade, a Educação Sexual e o trabalho docente têm-se desenvolvido sob restrições, mas, dentro de certos limites, estruturam-se e moldam comportamentos e experiências. Com certeza, é preciso buscar na história a compreensão das questões que envolvem a Sexualidade humana e as marcas aí deixadas. A partir disso, é possível a instrumentalização dos educadores e da educação para a busca de caminhos possíveis e viáveis para a transformação da sociedade. Contudo, não há como deixar de reconhecer que as transformações requerem uma visão que ultrapasse o imediato, em direção ao futuro e que associe a luta às esferas coletivas. Uma

transformação que tenha como princípio o compromisso com as lutas e conquistas das gerações passadas em busca de um futuro com uma sociedade mais justa. Nas palavras de Giroux (1986, p. 313), uma transformação em que:

[...] os valores e ideais pelas quais se luta têm raízes não apenas em princípios éticos, mas em uma obrigação para com o passado, para com nossas famílias, amigos, camaradas que têm sofrido debaixo desses sistemas lúgubres de opressão. Obviamente nós lutamos também pelo futuro – por nossas crianças e pela promessa de uma sociedade mais justa.

## **REFERÊNCIAS**

ALVES, Gilberto Luiz. Universal e singular: em discussão a abordagem científica do regional. (Trabalho apresentado no Encontro do Grupo de Estudos e Pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 3, Campinas, 15 a 17 nov. 1995. Campinas: Faculdade de Educação /UNICAMP e no Congresso Iberoamericano de História de La Educación Latinoamericana, 3, Caracas, 09 a 14 jun. 1996. Caracas/ Venezuela: Universidad Central de Venezuela).

\_\_\_\_\_. **A produção da escola pública contemporânea.** Campo Grande, MS: Ed. UFMS; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

\_\_\_\_\_. Tendências da educação no início do terceiro milênio para a construção de uma sociedade mais democrática. In: LOMBARDI, José Caludinei (Org.). **Temas de pesquisa em educação**. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 2003.

ARENDR, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8069/90, de julho de 1990. Dispõe sobre a proteção integral à criança e do adolescente, 1990.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB**. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. 1996a.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. v. 10.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

GIROUX, Henry. **Teoria crítica e resistência em educação**. Petrópolis: Vozes, 1979.

KALILI, Sérgio. O levante da juventude. **Caros Amigos**, São Paulo, ano VI, n. 64, p. 32. jul./2002.

NUNES, César. **Desvendando a sexualidade**. Campinas: Papirus, 1987.

NUNES, César; SILVA, Edna. Sexualidade e educação: elementos teóricos e marcos historiográficos da educação sexual no Brasil. In: LOMBARDI, José Caludinei (Org.). **Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 1999.

SANTA CATARINA. Secretaria do Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina**. Florianópolis: COGEN, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum a consciência filosófica**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 1993.

\_\_\_\_\_. **Escola e democracia: polêmicas do nosso tempo**. Campinas: Autores Associados, 1999.

SCHEIBE, Leda e AGUIAR, Márcia Ângela. **Formação de profissionais da educação no Brasil: O curso de pedagogia em questão.**, Educação & Sociedade, ano XX, nº 68, Dezembro/99 p.220-238.

SILVA, Carmem Silvia Bissoli da. Curso de pedagogia no Brasil: uma questão em aberto. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2002.

VASCONCELOS, Eymard M. **Educação popular nos serviços de saúde**. São Paulo: Hucitec, 1997.

